

33º Encontro Anual da ANPOCS

26 a 30 de outubro de 2009

Caxambu-MG

GT 04

Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais

**PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO
MARANHÃO**

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Carla Regina Assunção Pereira

Elio de Jesus Pantoja Alves

Resumo: O trabalho é resultante da preocupação do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) em examinar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais. Os impactos de grandes projetos provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, dos grupos sociais atingidos ou dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento e daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo a “conflitos sócio-ambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade. Neste trabalho busca-se identificar e analisar conflitos sócio-ambientais no Maranhão decorrentes de projetos de desenvolvimento instalados a partir do final da década de 1970 e, atualmente, em vias de instalação.

Palavras-chave: Conflitos sócio-ambientais. Grandes projetos de desenvolvimento. Maranhão

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO MARANHÃO

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Carla Regina Assunção Pereira

Elio de Jesus Pantoja Alves

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está relacionado à pesquisa “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Sócio-Ambientais no Maranhão”¹, resultante da preocupação do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) – vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – em examinar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais.

A compreensão desses processos indica sua relação com o surgimento e desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos Governos Ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, no sentido da industrialização e, conseqüente, modernização do país e que previa, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Desta forma, o governo federal planejou a instalação de infra-estrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida então como um grande vazio demográfico (D'INCAO e SILVEIRA, 1994). Entendimento que desconsiderou a existência de inúmeros grupos sociais e povos que milenar ou secularmente ocupavam a região e aí constituíram relações produtivas, sociais e culturais, com características próprias. Estes povos, em maior ou menor intensidade (o que somente pode

¹ Pesquisa apoiada pelo CNPq, através do Edital MCT/CNPq 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

ser verificado em cada caso empírico) reagem, enfrentam e, em algumas situações, propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento que os impactava ou, ainda, impacta².

Essas reações, em boa parte dos casos, se iniciam como um conflito de caráter social em torno da posse de territórios (ALMEIDA, 1996) e passam, crescentemente, por processos que Leite Lopes (2004) define como “ambientalização dos conflitos sociais”, podendo ser configurados como “conflitos ambientais” (Acsehrad, 2004) ou “conflitos sócio-ambientais”. Estes podem ser: conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais, em especial pelo controle do território, e conflitos por distribuição das chamadas externalidades³, principalmente vinculados aos efeitos de processos produção econômica de grande escala.

Neste trabalho, procuramos centrar o foco nos conflitos sócio-ambientais vinculados a grandes projetos de desenvolvimento na porção mais oriental da Amazônia Legal brasileira, localizada no Maranhão, com destaque para um estudo de caso relacionado à instalação da Usina Termelétrica do Porto do Itaqui, na Ilha do Maranhão, e suas conseqüências para os moradores dos povoados de Camboa dos Frades e Vila Madureira.

2 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Na Amazônia Oriental, o Projeto Grande Carajás (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997), “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47) e com conseqüências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica,

² Dois exemplos notáveis de grupos sociais que, ao reagirem a projetos de desenvolvimento, demonstraram uma grande capacidade propositiva são os seringueiros da Amazônia ocidental (ESTEVES, 1999; SANT’ANA JÚNIOR, 2004) e quebradeiras de côco babaçu, nos estados do Maranhão, Para, Tocantins e Piauí (ALMEIDA, 2004; CORDEIRO, 2008)

³ Na ciência econômica, externalidade pode ser definida como aqueles fatores que não entram no cálculo do processo produtivo, como, por exemplo, os efluentes líquidos e gasosos de um empreendimento industrial ou fertilizantes e herbicidas que atingem cursos d’água em função de sua utilização na agricultura, fazendo com que os ganhos do processo produtivo sejam mantidos privadamente, pelos empreendedores, e seus custos ambientais sejam socializados. Vários grupos sociais e agentes políticos defendem a “internalização das externalidades”, isto é, os empreendedores que poluem incorporem em seus cálculos os custos da poluição, para que os mesmos não fiquem ao encargo do Estado ou da sociedade, como ocorre normalmente (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

constituiu-se na expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir do regime ditatorial de 1964.

Fundamentando o modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos, está uma leitura da Amazônia e do Maranhão como regiões de grandes potencialidades econômicas, porém com atrasos e déficits que devem ser supridos numa atuação conjunta de Estado e iniciativa privada. Esta atuação é percebida como um eficiente instrumento de promoção do desenvolvimento e da modernidade (SANT'ANA JÚNIOR, 2004).

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras grandes iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infra-estrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial. Desde o final da década de 1970, foram implantados: estradas de rodagem, cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Cia Vale do Rio Doce, hoje conhecida como Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumar, subsidiária da Alcoa).

Associadamente a essas grandes obras de infra-estrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral; projetos de turismo, principalmente em São Luís e nos Lençóis Maranhenses.

Encontram-se, atualmente, em fase de planejamento ou construção grandes empreendimentos de infra-estrutura, como a duplicação da Estrada de Ferro Carajás; ampliação do Porto do Itaqui e do Porto da Ponta da Madeira; a Hidrelétrica de Estreito, com construção bastante avançada; seis termelétricas, sendo que a Termelétrica do Porto do Itaqui encontra-se em fase de terraplanagem da área a ser instalada. Além destas obras de

infra-estrutura, merecem destaque as ações iniciais para a instalação da Refinaria Premium da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica do Mearim, resultante do consórcio entre a chinesa Boalsteel e a brasileira Vale, e a duplicação das estruturas industriais produtoras de alumínio e alumina da Alumar.

Os impactos de grandes projetos provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, seja dos grupos sociais atingidos, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo esse cenário de disputas para “conflitos ambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004). Na medida em que os grupos sociais incorporam em sua luta e em seus discursos a questão ambiental como instrumento de universalização de sua luta particular, podemos identificar um processo de “ambientalização dos conflitos sociais” (LEITE LOPES, 2004).

No Maranhão, um expressivo número de conflitos sócio-ambientais se configuram em decorrência de projetos de desenvolvimento instalados a partir do final da década de 1970 e, atualmente, em vias de instalação, exigindo o aprofundamento da discussão sobre as concepções vigentes de modernidade (DOMINGUES, 1999; EINSENSTADT, 1987; POLANYI, 2000); de desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; SACHS, 2000) e desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001; ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005), que se constituem em fundamentos justificadores destes projetos, procurando problematizar essas concepções tão presentes e influentes na formulação de políticas públicas, na iniciativa empresarial e no cotidiano dos grupos sociais atingidos.

3 CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS: um estudo de caso

O conjunto de iniciativas decorrente dos planejamentos governamentais e/ou envolvendo a iniciativa privada tem provocado profundos impactos sócio-ambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais (que em alguns casos reivindicam a condição de populações tradicionais), através do re-ordenamento sócio-econômico e

espacial de áreas destinadas à implantação dos mesmos. As populações tradicionais (ALMEIDA e CUNHA, 2001; LITTLE, 2002; SANT'ANNA, 2003), por seu turno, constituem um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho) que tende a ser adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (ALVES; SANT'ANA JÚNIOR e MENDONÇA, 2007; BEZERRA, 2007).

Nesse sentido, busca-se discutir as condições sociais de dois povoados do município de São Luís-MA: Vila Madureira, recentemente deslocada para o município de Paço do Lumiar, e Camboa dos Frades, que permanece com o seu modo de vida ameaçado⁴. Os territórios originários destes povoados localizam-se na região administrativa municipal Itaqui Bacanga. Esta região é marcada pela proximidade com o Porto do Itaqui, com a BR-135, com a Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Carajás e com vários empreendimentos industriais, entre eles, dois de grande porte: Vale do Rio Doce e Alumar, o que a torna cada vez mais estratégica para a instalação de projetos industriais e de infraestrutura. A situação apresentada reflete os conflitos decorrentes da disputa pelo controle da área originalmente ocupada pelos povoados acima citados, que passou a ser alvo de interesse por parte do projeto de instalação da Usina Termoelétrica Porto do Itaqui, que é de propriedade da empresa paulista MPX Mineração e Energia Ltda e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

O impacto social decorrente de ameaças e/ou efetivação de deslocamento compulsório⁵ de famílias, pelo histórico de ocupação industrial na área do Itaqui Bacanga, tem sido uma tragédia anunciada que se inicia nos anos de 1980, quando o Porto de Itaqui

⁴ As fontes consultadas foram: relatórios de pesquisa de estudantes de graduação e de pós-graduação da UFMA; artigo intitulado *Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades*, resultado da pesquisa de campo realizada em outubro de 2008 por alunos do curso de geografia da UFMA e coordenada pela professora Dra. Ediléia Dutra (Departamento de Geografia/UFMA) (PEREIRA; OLIVEIRA; AMORIM, 2008); pesquisa de campo na Vila Madureira e Camboa dos Frades para realização de entrevistas com informantes dos povoados; participação em reuniões da Associação de Moradores de Camboa dos Frades; estudo sobre populações em outras regiões do Estado, como o caso de Alcântara – MA (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO, 2006).

⁵ Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem

foi construído e incorporado à dinâmica econômica dos grandes projetos da Amazônia e foram instalados as estruturas industriais e de transporte da Alumar e da Vale na região. Estes projetos, ao se justificarem usando o argumento do “vazio demográfico”, vêm tornando invisível a história social de populações locais em nome de uma determinada concepção de progresso, desenvolvimento e modernidade e promovendo sucessivos processos de deslocamentos populacionais, mas também, são estímulo para a organização, resistência e luta por parte de alguns povoados e lideranças locais mais mobilizados (BEZERRA, 2007; MENDONÇA, 2006).

Para compreender melhor a situação atual de Camboa dos Frades e Vila Madureira, faz-se necessário recuperar processos históricos recentes relacionados à tentativa de instalação de um grande projeto industrial. Em 2001, o Governo do Estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a, então denominada, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com vistas à construção de um pólo siderúrgico. No projeto original do pólo, a área destinada às instalações físicas de três usinas de fabricação de placas de aço e duas guzeiras seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e o povoado de Rio dos Cachorros, na região do Itaqui Bacanga. Em 2004, esta área foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004), o que implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva. Estes moradores foram estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados - Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, **Camboa dos Frades e Vila Madureira** (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007, grifo nosso).

Porém, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, situava a área pretendida na Zona Rural II do município de São Luís, constituindo-se num empecilho legal para a efetivação de projetos industriais, pois, segundo a Lei acima citada, empreendimentos industriais somente poderiam ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar esta dificuldade legal, a Prefeitura Municipal de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um projeto de alteração desta Lei,

qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente

convertendo a área em Zona Industrial. Esta ação da Prefeitura provocou a realização de audiências públicas e intensas mobilizações envolvendo várias associações e uniões de moradores das localidades ameaçadas de deslocamento e o Movimento Reage São Luís, que além destas organizações locais, incorporou movimentos sociais e ambientais, intelectuais e profissionais liberais da cidade de São Luís. Após votação na Câmara Municipal, somente 1.068 hectares foram convertidos para Zona Industrial, pois foi tecnicamente comprovado que o restante da área é zona de recarga de aquíferos e de nascentes, o que é um impedimento para instalação de estruturas industriais que a tornem impermeável (SANT'ANA JÚNIOR, ALVES, MENDONÇA, 2007).

Com a conversão dos 1.068 hectares em Zona Industrial, mas ao mesmo tempo, com a inviabilidade de efetivação do projeto de construção de um grande pólo siderúrgico, a área em questão passou a ser visada por outros empreendimentos industriais. Dentre estes empreendimentos, encontra-se a Termelétrica do Porto do Itaqui.

O processo de licenciamento da termoelétrica junto aos órgãos ambientais iniciou-se em 2007. O valor do empreendimento está estimado em R\$ 1,5 bilhão e o início das operações planejado para 2011. A MPX anunciou inicialmente a ocupação de 50 hectares (correspondentes ao território ocupado pela Vila Madureira) e o tempo de operação da termelétrica foi previsto para até 30 anos.

Em 2007, revelou-se o interesse de instalação da termoelétrica e desde a fase inicial do processo de licenciamento ambiental⁶ até o início da instalação do empreendimento, em 2009, o referido projeto tem sido alvo de profundas contestações, tanto no plano técnico-científico, quanto no âmbito de sua transparência política, gerando questionamentos quanto à sua legitimidade por famílias diretamente atingidas, por povoados vizinhos e por grupos de ambientalistas e estudiosos da questão ambiental e pelo Ministério Público.

Do ponto de vista jurídico, o empreendimento foi motivo de ajuizamento de três ações civis públicas pelo Ministério Público Estadual e Federal. Do ponto de vista técnico, nas audiências públicas, estudiosos contestaram os dados apresentados no EIA-RIMA quanto à emissão de poluentes, pois, o processo de produção de energia elétrica da usina

mais poderosos”.

⁶ Concluído pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no mês de março de 2009.

terá como base o carvão mineral e não existem comprovações de que os filtros previstos para serem utilizados são suficientemente eficazes no controle da emissão de gases (Óxido de Nitrogênio - NOx e Dióxido de Enxofre – SO2). Foram contestados também estudos apresentados sobre a direção dos ventos que dispersarão estes poluentes, na medida em que tomaram por parâmetro somente dois meses do ano, não levando em conta a variação sazonal da região. Além disso, o projeto prevê a utilização de águas do mar por meio de um processo de dessalinização, sendo que não deixa claro como ocorrerá o retorno destas águas ao mar e quais podem ser seus efeitos.

Existe o processo nº 1494.000161/2008-17 do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) referente ao Programa de Prospecção Arqueológica na área de Implantação da Usina Termelétrica Porto de Itaqui - São Luís-MA. Este documento aponta insuficiência e irregularidades no EIA-RIMA, no que se refere à prospecção arqueológica, devendo constituir-se, portanto, em objeto de avaliação e revisão quanto a este aspecto.

Quanto à ocupação da área, é possível constatar pelo menos duas consequências mais imediatas vivenciadas pelo processo de sua privatização: a) o deslocamento das famílias da Vila Madureira, que ocorreu em abril de 2009 para o Residencial Vila Nova Canaã, construído com este fim pela MPX e localizado a 30 km da capital maranhense, no município de Paço do Lumiar, permanecendo a incerteza do futuro no que tange à reprodução social daquelas famílias e de seu modo de vida; b) o comprometimento da liberdade de ir e vir dos moradores de Camboa dos Frades, pois o único acesso ao povoado é através de estrada de chão (ramal) que se inicia na BR- 135 e cortava a Vila Madureira, até o extremo litoral, onde está localizado; este ramal atualmente está ocupado pelas obras da termelétrica.

3.1 Vila Madureira e Camboa dos Frades

O histórico de deslocamentos dos povoados da área Itaqui Bacanga, como afirmamos anteriormente, remonta ao processo de instalação do Porto de Itaqui e do complexo industrial da Alumina e da Companhia Vale do Rio Doce, nos anos 1980. Esse

histórico ajuda a compreender o paradoxo em que se encontram os mais antigos moradores da extinta Vila Madureira e de Camboa dos Frades e, mesmo, das famílias recém-chegadas.

Os moradores mais antigos procuram se diferenciar daqueles recém-chegados, demonstrando a relação afetiva com o lugar, fundamentalmente, através da forma dos processos de territorialização que incluem as condições para a reprodução material das famílias e o sentido atribuído à vida comunitária: festas religiosas (católicas e de terreiros de culto afro-brasileiros) e rituais de trocas e intercâmbio cultural que se misturam às relações de parentesco e de compadrio, refletindo modos específicos de uso social e apropriação coletiva do meio. Quanto aos recém-chegados, são denominados “invasores”, devido à alegação de que teriam ocupado terrenos com o intuito de receber indenizações para instalação de projetos industriais ou de infra-estrutura prometidas por intermediários entre moradores dos povoados e candidatos a cargos eleitorais, que utilizavam as promessas de indenizações como forma de garantir votos em ano eleitoral. Os terrenos ocupados por “invasores”, normalmente, são facilmente perceptíveis ao observador externo, devido à ausência de moradias, notando-se pequenos casebres abandonados e placas com aviso de proibição de acesso aos mesmos.

Nos povoados Vila Madureira (antes do deslocamento) e Camboa dos Frades, o uso comum da terra é bastante generalizado, ocorrendo, principalmente, através das relações de parentesco. Parentes cultivam plantações, como a mandioca para fabrico da farinha, em um mesmo terreno, embora sendo residentes em povoados diferentes. Além disso, partilham rituais e trocas de serviços, ultrapassando o critério fisiográfico e de mapeamento exclusivamente econômico da exploração dos recursos ali existentes. Por outro lado, encontram-se várias famílias vivendo no mesmo terreno, usando a terra coletivamente, assim como trocando trabalho através de mutirões com parentes residentes em outras localidades. É nesse sentido que esses grupos não podem ser pensados isoladamente, dissociados do convívio e da interação com os demais povoados rurais localizados na área em questão.

A presença dos “invasores”, por seu turno, embora quantitativamente representativos⁷, não elimina a dimensão histórica e social por meio da qual os antigos moradores constituíram, naquele contexto, um modo de vida, uma forma específica de apropriação do meio. Nesse modo de vida, os limites geográficos dos povoados não se superpõem às inter-relações comunitárias. Estudos realizados em outros povoados rurais vizinhos (Cajueiro e Taim) mostram a existência de um sistema tradicional de trocas comerciais e de serviços (mutirões, trocas de dias) e fortes vínculos sociais de reciprocidades por meio do parentesco, compadrio e amizade (MENDONÇA, 2006; BEZERRA; 2007). A reciprocidade entre os povoados pode ser ilustrada através do depoimento de um antigo morador da Vila Madureira:

É importante, porque olha, vamos dizer, tem dia que a gente não tem o dinheiro pra comprar o quilo de comida no mercado, pagar uma passagem, porque pra gente ir até no Anjo da Guarda tem que pagar três e oitenta. Porque agora a passagem aumentou. Aí, às vezes a gente não tem esse dinheiro. Nem todo dia a gente tem esse dinheiro. Aí a gente apanha uma galinha, chega um: me vende uma galinha! Aí eu vendo uma galinha, eu compro o arroz, eu compro a farinha, eu compro o café, eu compro o açúcar. Daqui do terreiro. Mato uma pra mim comer, dou outra pra, vamos dizer, um sobrinho, um parente meu que chegar: Ah! eu estou com fome, não tenho! Mando pra ele uma, dou. Assim que é minha vida (M. 46, Morador da Vila Madureira, entrevista realizada em 03/07/2008).

Verifica-se a ajuda mútua entre moradores numa mesma condição social (horizontais), aqueles que se juntam para troca de dia-de-trabalho, por meio da qual se estabelecem relações de compadrio e de amizade entre vizinhos. Podemos considerá-las parte de um sistema de reciprocidade entre moradores, que fortalece seus vínculos com o lugar em que vivem. De outra forma, constatam-se relações verticais entre moradores antigos e de menor poder aquisitivo em relação a moradores de bairros próximos, com maior poder aquisitivo (comerciantes, proprietários de terras, pequenos e médios empresários que exploram os recursos minerais – areia e pedra – abundantes na região). Estas, em muitas circunstâncias, revestem-se em relações do tipo patrão-cliente, no intuito de barganhar serviços de interesses imediatos com os moradores mais antigos.

⁷ Para o processo de deslocamento e indenização dos moradores de Vila Madureira, a MPX contabilizou 85 famílias, considerando que 36 seriam dignas de receberem as indenizações por serem antigos moradores, enquanto as demais eram consideradas invasoras.

3.2 Trajetórias e modos de vida

Os moradores mais antigos de Camboa dos Frades e Vila Madureira guardam em suas memórias o processo pelo qual os povoados foram se constituindo, sendo que os mais velhos afirmam que eles próprios ou seus pais chegaram por volta do início do século XX. Observa-se na trajetória dos informantes que a opção por morar nessa área está diretamente associada à possibilidade da família localizar-se próximo a um centro urbano (a capital do estado), mas continuar desenvolvendo atividades antes realizadas nos seus locais de origem. Os dados indicam que a maioria não possui nível de escolaridade satisfatório para desempenhar ocupações ou funções próprias ao contexto urbano, o que em tese poderia garantir sua permanência na cidade. A vinda para as proximidades da cidade de São Luís representa, num primeiro momento da trajetória, a aproximação com os equipamentos urbanos, os serviços de saúde e de educação para os filhos e outros atrativos que a cidade poderia oferecer.

Na maioria dos casos, as expectativas se contrastam com a realidade com a qual se depararam na cidade de São Luís. Nesse sentido, o processo de ocupação do território nos povoados aqui estudados representa uma possibilidade de adaptação, tanto do ponto de vista das atividades produtivas (agricultura, pesca, coleta e extrativismo), quanto no âmbito da sociabilidade construída e/ou ressignificada (manutenção das relações de parentesco, organização familiar do trabalho, práticas e manifestações religiosas).

A Vila Madureira, até o início dos anos de 1970, era considerada terra do Estado ou terra devoluta, sendo que seu gradual processo de ocupação se deu com a apropriação familiar ou comunitária dos terrenos e sem que houvesse regularidade na ocupação, como também, títulos de propriedade. Desde o momento em que as terras passaram a ser utilizadas por algumas famílias, vieram parentes de seus locais de origem que passavam a dividir partes dos terrenos e a formar outras famílias, ampliando as áreas ocupadas.

Cruzando informações sobre a trajetória dessas famílias com as atividades de seus pais no local de origem, pode-se perceber que o processo de ocupação do território na Vila Madureira está associado às estratégias de reprodução social desses grupos, tendo em vista as dificuldades encontradas na cidade. As atividades ali desenvolvidas, as formas de

organização do trabalho, a sociabilidade com parentes e vizinhos significam a inserção em um universo que lhes facultam uma identificação com o espaço e que tem garantido a reprodução social de suas famílias. Segundo o depoimento de um morador:

Eu não tinha nada quando eu cheguei aqui. Quando a gente se separa da família, a gente pode ter tudo na vida, mas larga tudo. Eu saí só com uma bolsinha com duas roupinhas dentro. Aí, vim pra cá e ela (antiga moradora) me acolheu, aqui não tinha nada, aqui não se via um pé de planta, não tinha nada, era só o mato grande. Aí, ela me acolheu, ela trazia a comida pra mim, ela me deu duas galinhas, me deu um galo, me deu um pato e duas patas, me deu um porco, pra mim fazer minha vida. Aí, eu fui fazendo minha vida, fui fazendo, fui fazendo. Aí, fui cavando poço, fui fazendo casa, fui plantando e hoje estou aqui. E daqui pra mim sair mesmo só se Deus quiser (R. 48, Morador da Vila Madureira, entrevista realizada em 03/07/2008).

Outra situação é ilustrada por uma moradora de 49 anos que veio com os pais do município de Alcântara para São Luís, em 1960. No local de origem, os pais eram lavradores, criavam animais e possuíam embarcações que transportavam passageiros para São Luís. Na Vila Madureira, encontraram a possibilidade de manter a família unida em função do acesso à terra. Essa moradora, após o falecimento de seus pais, continuou trabalhando na produção de carvão vegetal (utilização de galhos de árvores após a podagem), extrativismo (côco babaçu e produção de azeite), criação de animais e coleta de frutas.

Dentre as atividades desenvolvidas na Vila Madureira (antes do deslocamento) e em Camboa dos Frades, a extração do azeite do côco de babaçu têm uma importância crucial, principalmente no que tange à participação das mulheres nessa atividade. Outra atividade importante é a coleta da castanha de caju, feita por mulheres e crianças, frequentemente vendido nas feiras e mercados de São Luís. Destaca-se também a criação de galinhas caipiras, patos e porcos. São cultivados bananais e uma infinidade de árvores frutíferas. Roças de mandioca e macacheira, além de plantação de feijão e legumes como maxixe, quiabo e verduras variáveis são realizadas na modalidade roça de toco, que implica na necessidade do pousio, isto é, uma área cultivada deve ser deixada em descanso por vários anos seguidos. Esta prática agrícola encontra crescentes dificuldades em função da especulação fundiária, que reduz o estoque de terras disponíveis para o revezamento das roças. Todas essas práticas são voltadas para o consumo das famílias e, também, para um

pequeno circuito de comercialização, tal como se observa no seguinte depoimento de um morador de Vila Madureira.

A banana eu levo pro Anjo da Guarda. Aí, eu boto aqui duas caixas no carro de mão, vou pra parada, deixo o carro de mão escondido, aí eu levo de ônibus. Chego lá, eu entrego pro revendedor, ele me dá meu trocado e fica se virando por lá (I. 58, Morador da Vila Madureira, entrevista realizada em 03/07/2008)

Sendo localizada nos limites com o mar, cujo acesso é direto aos moradores, a atividade pesqueira se destaca como a principal fonte de renda e de alimento para aquela população. As atividades de pesca foram um dos principais atrativos para a formação dos povoados, devido à alta piscosidade de seus igarapés e praias. O nome dado ao povoado Camboa dos Frades associa-se à existência das “camboas”, uma armadilha de pesca indígena em forma circular, construída de pedra, de modo que na vazante das marés o pescado é aprisionado e retirado na baixa-mar. Ainda é possível observar resquícios dessa armadilha no local, embora bastante dispersos em função do deslocamento de areias provocado pelas máquinas de dragagem do Porto de Itaqui.

Nos povoados estudados, as fainas pesqueiras são intercaladas às atividades praticadas na terra, de modo que durante o ano os moradores exploram os diferentes ecossistemas, configurando-se o que pode ser chamado de uma economia polivalente. As variadas atividades produtivas e de manutenção enriquecem a dieta alimentar, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Atividades desenvolvidas na área da pesquisa e produtos - 2008

Pesca	Maris- cagem	Extrativis- mo animal	Coleta frutas	Agricultura	Criações de Animais	Extrativismo Vegetal	Extrativ. Mineral
Peixes	Siri	Caranguejo	Manga	Mandioca	Galinha	Palha	Areia
Camarão	Sururu	Sururu	Maracujá	Macacheira	Pato	Azeite/babaçu	Barro
		Ostra	Côco	Cana	Porco	Castanha/caju	Pedra
			Banana	Quiabo	Peru	Lenha	
			Genipapo	Maxixe	Gal. Angola	Madeira/varas	
			Cajú	Vinagreira	Gado Bovin.	Cipó	
			Cajá	Feijão		Ervas Medic.	
			Goiaba	Batata Doce			
			Mamão				
			Murici				
			Babaçú				
			Juçara				
			Abacaxi				

Fonte: Trabalho de campo

Essas atividades, contudo, têm sido comprometidas devido à poluição produzida pelas empresas próximas que atingem os igarapés, o mar, o ar e as plantações, o que, conseqüentemente, reduz quantitativa e qualitativamente seus produtos. Sobre o efeito da poluição nas plantações, um morador de Camboa dos Frades afirma:

aquela ali é uma empresa de refinaria (Codomar), dessa firma bem ali detrás de Porto Grande. Ela é negócio de adubo químico, produto químico. Então, esse produto de lá, que cai aqui, as folhas ficam da cor de uma folha amarela. Recomeçou um projeto, que teve ali perto do gás butano, aquela indústria que tem de pelotação. Tem dia que nós não podemos enxergar aqui, porque parece tudo uma luz negra, aquela fumaça, aquilo ali tudo na vista da gente. As mangueiras ficam amarelinhas do minério que cai. As mangueiras já não botam mais, vamos dizer, se uma botava duzentas mangas, hoje elas não botam nem cem. Porque os galhos ficam todos moles, vai secando tudo (H. 39, Morador da Camboa dos Frades, entrevista realizada em 03/07/2008).

3.3 Tempos de incertezas

Desde as primeiras notícias, em 2007, sobre a possível instalação da termoelétrica na área do Itaqui Bacanga, a Vila Madureira tornou-se o foco das ações da MPX, pois a área almejada para instalação do empreendimento correspondia exatamente ao local com maior concentração das casas deste povoado. Camboa dos Frades não era visibilizada nas discussões e/ou materiais técnicos e de divulgação publicados pela empresa e mesmo nos debates dos movimentos sociais. Até o final de 2008, os moradores de Camboa dos Frades não se organizavam de forma autônoma e eram representados pela União de Moradores da Vila Madureira.

Camboa dos Frades possui entre 35 e 40 famílias e essa variação no quadro demográfico relaciona-se à sazonalidade das atividades produtivas (pesca e agricultura). Segundo levantamento de Pereira, Oliveira e Amorim (2008), num universo composto por 35 informantes, as famílias apresentam uma renda variável entre 1 e 2 salários mínimos e 82% são analfabetos e semi-analfabetos ou apresentam escolaridade correspondendo ao ensino fundamental incompleto. Esse perfil abrange mais da metade dos moradores, levando em conta que se trata de um universo geral de 35 a 40 famílias. A pesquisa indica ainda que 73% dos entrevistados não apresentam formação profissional específica e que as aposentadorias aparecem como fonte de renda importante. Além dessas condições, as

instalações de energia elétrica no local são muito precárias e os moradores também não possuem água encanada. No povoado não há escolas nem posto de saúde, pois a permanente possibilidade de deslocamento populacional fez com que os sucessivos governos estaduais e municipais se eximissem da responsabilidade de prestar estes serviços aos moradores dos povoados, contribuindo para facilitar os processos de negociação para possíveis deslocamentos.

No processo de negociação entre a MPX e os moradores, quanto ao deslocamento dos mesmos da área, a União de Moradores da Vila Madureira apresentava-se como representante dos dois povoados e, efetivamente, moradores dos dois povoados participavam das reuniões promovidas pela União. No entanto, como somente a Vila Madureira localizava-se nos 50 hectares planejados para a instalação da Termelétrica, as especificidades de Camboa dos Frades não eram contempladas nos debates e negociações. Um exemplo desta situação está relacionado ao fato de que uma grande parte da área de Mangue⁸ que separa os dois povoados seria ocupada pela MPX, pois, ali seriam instalados os equipamentos para transportar o carvão mineral dos navios até o local de seu beneficiamento. A instalação desses equipamentos iria interromper definitivamente o ramal de acesso ao povoado e isolar os moradores de Camboa dos Frades. Pelas informações obtidas no trabalho de campo, tratava-se de uma situação que não havia sido esclarecida aos moradores de Camboa dos Frades durante as reuniões com representantes da empresa.

Todo o processo de negociação referente ao deslocamento da Vila Madureira foi conduzido pelo Setor de Responsabilidade Social da MPX, que muito habilmente aproximou-se da diretoria da União de Moradores, em especial de seu presidente, e, através de seus sociólogos, assistentes sociais e psicólogos, passou a fazer visitas constantes ao povoado, visitando casa por casa e realizando um trabalho sistemático de convencimento da conveniência do deslocamento. As promessas feitas aos moradores consistiam em: indenizações (que na maioria dos casos foi de cerca de R\$ 1.200,00) e uma casa titulada em conjunto residencial a ser construído com este fim, mobiliada e com um computador, além do transporte para o deslocamento. Sem maiores resistências, em abril de 2009 ocorreu o

⁸ Sobre o ecossistema local, Pereira (2008) relata o seguinte: “Observar-se na área as mais variadas espécies de mangue como: mangue vermelho (*Rizophora mangle L.*), mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e

deslocamento para o Residencial Vila Nova Canaã, construído MPX no município de Paço do Lumiar, a cerca de 40 Km do antigo povoado.

Após a aprovação do licenciamento ambiental e o início da implantação da termoelétrica (maio de 2009), os moradores de Camboa dos Frades, como referido anteriormente, testemunham uma condição dramática no exercício básico de sua cidadania: o direito de ir e vir. Na medida em que a estrada de acesso a Camboa dos Frades passava pelo meio da Vila Madureira, com o controle privado da área, para entrar e/ou sair do povoado, seu moradores passaram a ser submetidos ao controle e a constrangimentos por parte dos seguranças da empresa, que se apresentavam armados. Além disso, estavam sujeitos ao perigo de transitarem por via tomada por caminhões, maquinários pesados e materiais, dificultando a passagem dos moradores e, como era período chuvoso, viam suas vias de acesso tomadas pela lama, devido às obras de terraplanagem que se iniciavam.

As crianças, para tomarem o transporte para a escola, passaram a ter que andar por cerca de 30 minutos até a BR 135, ficando expostas aos perigos representados pelas atividades de construção da termelétrica.

A criação da Associação de Moradores de Camboa dos Frades, no final de 2008, deu-se em função da necessidade da comunidade se organizar politicamente para reivindicar direitos e resistir às agressões das quais se viam vítimas. A partir de então, através do diretores da Associação recém formada foram levantados elementos que questionaram o processo de licenciamento da termelétrica, bem como, a situação em que se encontra o povoado de Camboa dos Frades:

1) A empresa iniciou nova estrada de acesso à Camboa dos Frades, por dentro do mangue, com um trajeto desaprovado pelos moradores devido ao aumento da distância com relação à BR-135, além do que desmatou uma área considerável da vegetação de mangue. O IBAMA, em função do impacto no mangue, não autorizou esta obra, que encontra-se embargada.

2) Durante o processo de licenciamento para a construção da termoelétrica, os moradores de Camboa dos Frades não foram comunicados sobre a situação, prevalecendo informações distorcidas e manipuladas pela União de Moradores. O povoado foi ignorado

mangue de botão (*Conocarpus erectus*) que vem sofrendo degradação, sobretudo ocasionada pela retirada de

tanto pelos empreendedores, como pelos próprios moradores da Vila Madureira, que foram orientados pelos técnicos do Setor de Responsabilidade Social da MPX a não manter diálogo e não passar informações do que viria a acontecer mais tarde.

3) Os moradores reclamam que estão sendo prejudicados mais recentemente por dois problemas: o primeiro, diz respeito aos dejetos que, sem qualquer tratamento, são despejados nos igarapés pela empresa “Ecodiesel”, o que tem reduzido a produção de pescados; o segundo, refere-se ao assoreamento dos igarapés em que pescam, pois, o desmatamento e aterramento feito pela MPX para instalação das obras estaria causando a descida de areia, barro e lama.

4) No povoado não tem escola e posto de saúde, o que implica em deslocamentos para obtenção destes serviços.

Na memória dos mais antigos, paira a lembrança de um “tempo de fartura”, contrastando com a situação atual, que compromete as possibilidades de reprodução social do povoado. O recente processo de organização da Associação dos Moradores de Camboa dos Frades e a disposição de suas lideranças de buscar informações sobre seus direitos, principalmente no que se refere às possibilidades de controle do território e implantação/manutenção de condições de vida dignas geram problemas para o empreendimento da termelétrica.

A permanência de Camboa dos Frades entre o empreendimento e o mar apresenta duas ordens de problemas: dificuldades para a instalação dos equipamentos de transporte do carvão mineral, da água do mar e da água resultante do processo produtivo; possíveis denúncias futuras quanto aos efeitos da poluição sobre a população local, após a entrada em funcionamento do empreendimento.

Em função dos embates relacionados, atualmente, com a possibilidade de permanência e controle do território e com as consequências ambientais já constatadas após o início das obras de terraplanagem, somados aos possíveis confrontos decorrentes da continuidade das obras e do funcionamento da termelétrica, podemos afirmar que se encontra em andamento o confronto de duas lógicas de ocupação do território, aquela dos

vegetação para a construção de casas e dos empreendimentos”.

moradores que pretendem permanecer nele e a do empreendedor que o percebe como recurso produtivo, o que configura uma situação de conflito sócio-ambiental.

4 CONCLUSÃO

A implantação na Amazônia brasileira de um modelo de desenvolvimento altamente impactante sobre populações e ambientes, concebido no regime ditatorial de 1964, resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos. Este modelo, ainda hoje, é mantido em boa parte de suas características e continua a impactar grupos sociais que reagem, na busca de manter seus modos de vida. Se não conta mais com o poder de repressão assegurado no período militar, recorrentemente utilizado nos processos de deslocamento compulsório de grupos que mantinham territórios almejados pelos projetos a serem implantados ou para a contenção de protestos resultantes de externalidades geradas por estes mesmos projetos, hoje é crescente a utilização de processos de manipulação dos instrumentos legais, previstos na legislação brasileira (tais como os Relatórios de Impactos Ambientais), e da organização social dos grupos sociais atingidos por seus impactos.

No Maranhão, conflitos sócio-ambientais se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante se renovam com a retomada da capacidade de investimento do Estado brasileiro (abalada pela última crise econômica mundial, mas não comprometida em seus fundamentos) e são permanentemente anunciados novos grandes projetos de desenvolvimento ou ampliação dos já existentes, que envolvem a iniciativa privada e são de infra-estrutura ou produtivos, referidos a atividades ligadas à industrialização, à agropecuária, à pesca industrial, à carcinicultura, ao turismo. Mesmo que os impactos sejam discursivamente amenizados, por exemplo, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, no momento em que a discussão da questão ambiental toma uma crescente importância no cenário internacional, estes conflitos continuam a surgir e/ou a aprofundarem-se, exigindo que sejam ampliados os estudos sobre impactos sócio-ambientais e suas consequências.

No caso de Camboa dos Frades e Vila Madureira, é possível verificar como dois povoados próximos reagiram de formas diferenciadas à ação de um grande projeto. Vila Madureira, a partir de um competente trabalho realizado pela empresa empreendedora que lançou mão de tecnologias sociais de manipulação de conflitos, cedeu com relativa facilidade ao deslocamento. Em Camboa dos Frades, a organização política tem sido instrumento na busca de garantir o controle sobre o território e de recuperar os “tempos de fartura”. Para tanto, a Associação de Moradores demanda a necessária presença do Estado, porém, não para negar sua história, seu modo de vida, mas para garantir que seus moradores tenham respeitados os direitos que lhes são constitucionalmente assegurados. Os desdobramentos desta situação encontram-se em aberto e exigem um permanente acompanhamento.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. pp. 37-56.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, *et.al.* (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. pp. 92-107.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.

AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, "Canga", Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.

BEZERRA, Rafael Gaspar. **O Taim e a criação da Reserva Extrativista: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente**. São Luís: Curso de Ciências Sociais – UFMA, 2007. Monografia de Graduação.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 223-250.

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2008. Dissertação de Mestrado.

D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) **Patterns of Modernity**. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona: Norma, 1996.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta.** Estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. Tese de Doutorado.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 2001, vol. 7, nº 1 (ene.-abr.). pp 149-160.

LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais;** participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRRJ, 2004.

LITTLE. Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acessado em: 29/08/2007.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagem de valorização. Trad. Maurício WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Bartolomeu R. **Cajueiro:** entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: Curso de Ciências Sociais – UFMA, 2006. Monografia de Graduação.

MONTEIRO, Maurílio. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp 183-222.

MUNIZ, Lenir Moraes. **A matança de búfalos na Baixada Maranhense:** as conseqüências de um projeto de desenvolvimento e o conflito sócio-ambiental. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2009. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Ediléia Dutra (Coordenadora); OLIVEIRA, Isabela C. Dos Santos; AMORIM, Josélio O. **Relatório de Pesquisa de Campo: Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades.** São Luís: Departamento de Geografia – UFMA, 2008. Mimeo.

PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito. **Fome de farinha:** deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2ª ed. Trad. Fanny WROBEL. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (dês) caminhos do meio ambiente.** 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania:** a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. In: **Boletim Rede Amazônia.** Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 117-123.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.